



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



TRABALHO FINAL

ADAPTAÇÃO CURRICULAR NA ESCOLA INCLUSIVA E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DA APRENDIZAGEM E SOCIALIZAÇÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

STELLA MARIS DE LIMA COSTA

Brasília - DF



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

TRABALHO FINAL

**ADAPTAÇÃO CURRICULAR NA ESCOLA INCLUSIVA E SEUS REFLEXOS NO
PROCESSO DA APRENDIZAGEM E SOCIALIZAÇÃO DOS ALUNOS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.**

STELLA MARIS DE LIMA COSTA

Monografia apresentada ao Curso de Especialização
em Desenvolvimento Psicológico e Inclusão Escolar da
Faculdade UAB/UNB - Pólo de Santa Maria.

Orientadora: Prof.^a Fernanda do Carmo Gonçalves

Março/2011

TERMO DE APROVAÇÃO

STELLA MARIS DE LIMA COSTA

**ADAPTAÇÃO CURRICULAR NA ESCOLA INCLUSIVA E SEUS REFLEXOS
NO PROCESSO DA APRENDIZAGEM E SOCIALIZAÇÃO DOS ALUNOS
COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 30/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Prof.^a Fernanda do Carmo Gonçalves (Orientador)

Dra. Ana Paula Carluco (Examinador)

Stella Maris de Lima Costa (Cursista)

BRASÍLIA/2011

Dedicatória

Dedico aos profissionais da área de educação, às pessoas que acreditam no paradigma da inclusão social como caminho ideal para se construir uma sociedade para todos, e que por ela lutam para que possamos cumprir nossos deveres de cidadania. E a todos os pais que vivem o desencontro ocasionado pelos atos discriminatórios do sistema social.

AGRADECIMENTO

Acima de tudo, agradeço a **Deus**, que sempre iluminou meu caminho. Ao meu pai (in memoriam) e mãe, que me estimularam em todas as etapas da minha vida.

Ao meu marido, companheiro e afetuoso, por ter-me incentivado, acreditado e me apoiado em todos os momentos. Ao meu filho, por me fazer sonhar, e transmitir a energia necessária para a vida.

A minha tia Luizinha, por acreditar em mim, o meu muito obrigado por tudo... , as minhas valiosas irmãs e irmãos, que acreditaram e compreenderam o momento em que estive afastada do convívio familiar.

Em especial a minha irmã Claudia, por quem fui apresentada ao trabalho com crianças especiais, e que acabou contribuindo significativamente com a mudança na rota de minhas aspirações profissionais e acadêmicas.

A minha amiga Vânia, pelo apoio solidário e imprescindível, a amiga Sandra Freire, pelo exemplo de profissionalismo, humildade e sabedoria que em poucos seres humanos pude reconhecer, o meu muito OBRIGADO.

Ao meu amigo José Luiz, que carinhosamente compartilhou das minhas ansiedades e apoio no momento adequado.

A minha querida orientadora Fernanda do Carmo Gonçalves, que me acolheu com carinho e paciência nos momentos de ansiedade, e me possibilitou construir esse trabalho e ampliar meu conhecimento. E também a todos os professores, colegas e tutores da UAB/UNB, e em especial a minha tutora Penélope Machado Ximenes Campos, por sua atenção e incentivo, o meu muito obrigado por estes anos de grande aprendizagem.

Aos professores e coordenadora participantes dessa pesquisa, pela contribuição e paciência e carinho com que responderam a minha pesquisa e contribuíram para a realização deste trabalho e do meu crescimento profissional.

E a todos os meus alunos, que aumentam a minha vontade de cada vez mais estudar e transmitir a minha grande paixão pela matemática e pelo magistério.

SUMÁRIO

RESUMO	08
APRESENTAÇÃO	10
I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
1.1.Educação Especial e Educação Inclusiva	14
1.2Considerações Sobre o Currículo Escolar	18
1.3Adaptações Curriculares	19
1.3.1 Adequações Curriculares Não Significativas (DE PEQUENO PORTE)	23
1.3.2 Adequações Curriculares Não Significativas (DE GRANDE PORTE)	24
II – OBJETIVOS	27
III – METODOLOGIA	28
3.1 Fundamentações Teóricas da Metodologia	28
3.2 Contextos da Pesquisa	28
3.3 Participantes	31
3.4 Materiais	33
3.5 Instrumentos de Construção de Dados	33
3.6 Procedimentos de Construção de Dados	33
3.7 Procedimentos de Análise de Dados	34
IV – RESULTADOS	35
4.1 Visão dos professores regentes, professores de apoio e coordenador sobre a educação Inclusiva	35
4.2. Visão de todos os professores no que tange à adaptação curricular	37
4.3. O processo de adaptação curricular na aprendizagem e na socialização dos alunos com necessidades educacionais especiais e seus pares	39
4.4. Visão dos professores do atendimento educacional especializado a respeito da adaptação curricular e dos desafios em sua implementação	39
V - Discussão Teórica dos Resultados	41
VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

APÊNDICES	51
A – Questionário do Professor de Regência	52
B – Questionário do Professor de Apoio	53
C – Questionário do Coordenador	54
ANEXOS	55
A- Carta de Apresentação – Escola	56
B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor	58

RESUMO

Esta pesquisa trata de uma reflexão sobre as questões pertinentes ao processo de inclusão e de adaptação curricular, para garantir a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no cenário educacional com qualidade e sucesso na escola. O enfoque se voltará à inserção dos alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino, considerando os elementos que compõem a inclusão histórica e socialmente constituída no ambiente escolar. Por meio da mudança educacional defendida hoje, a educação inclusiva vem tornando possível atender às necessidades especiais dos alunos com deficiências, principalmente se for aplicada a adaptação curricular (quando necessária). Tal adaptação, além de nortear e subsidiar a prática docente é ferramenta importante na sua escolarização, pois faz com que os alunos se sintam respeitados e que, também, este espaço de aprendizagem possibilite aos alunos ter sucesso escolar. *Este trabalho se propôs analisar como são realizadas as adaptações curriculares, buscando compreender a visão do professor frente à educação inclusiva.* Para tanto, foi realizada uma pesquisa voltada à investigação, por meio de questionários e entrevistas com os professores *regentes e de apoio e com o coordenador*, a fim de descrever e analisar as concepções e práticas consideradas por eles como inclusivas, em relação ao trabalho que desenvolvem com os alunos que possuem necessidades educacionais especiais. O resultado indicou que, apesar de os professores terem uma adequada formação acadêmica, alguns ainda têm concepções limitadas sobre o processo de adaptação curricular e, conseqüentemente, de socialização desses alunos com necessidades educacionais especiais. Ainda assim, o resultado da pesquisa evidencia alguns aspectos positivos quanto à visão dos professores sobre o processo de adaptação curricular e, assim, graças à sua conscientização, eles se mostram predispostos a realizá-la, apoiando a escola no processo de inclusão. Cabe destacar que ainda há muito que refletir e discutir sobre o tema, pois a educação inclusiva está somente começando. E para que se efetive, muito haverá a mudar e lacunas terão de serem preenchidas, como, por exemplo: otimizar a atuação dos professores que já atendem a esses alunos. Agora, mais importante é em relação aos que ainda estão se formando, que essa formação já seja direcionada exclusivamente à inclusão. Enfim, esse espaço de

aprendizagem de educação inclusiva, deve ensejar situações que possibilitem também aos professores o entendimento de que o grande desafio da escola inclusiva é buscar respostas educativas para atender aos interesses e **necessidades de todos os alunos.**

Palavras - chave: *educação especial; escola inclusiva; adaptação curricular; deficiência.*

APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa é uma reflexão sobre a inclusão escolar, particularmente no que se refere à adaptação curricular. Nesse sentido, o trabalho decorre de investigação que tem discutido sobre a adaptação curricular, numa análise que destaca a evolução histórica do paradigma da inclusão, associando-o às mudanças que têm sido implementadas no ensino regular no Brasil.

A partir do início deste século, graças ao desenvolvimento científico e ético da humanidade, estudos vêm mostrando que as diferenças individuais, quer sob o ponto de vista do desenvolvimento cognitivo quer sob o ponto de vista físico ou sensorial, não constituem uma fatalidade irremovível nem desabilitam as pessoas para a plenitude de suas realizações pessoais e sociais. Cada indivíduo, com personalidade própria e padrões específicos de desempenho, é dotado de um potencial que, convenientemente orientado, pode permitir, quase sempre, a sua auto-realização (SALTO PARA O FUTURO, 1999).

Dessa forma, o que estamos defendendo é a construção de uma sociedade inclusiva que estabeleça um compromisso com as minorias, dentre as quais se inserem os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. Werneck pontua que a inclusão vem a “quebrar barreiras cristalizadas em torno de grandes estigmas”.

A proposta de educação inclusiva foi deflagrada pela Declaração de Salamanca, a qual proclamou, entre outros princípios, o direito de todos à educação, independentemente das diferenças individuais. Esta Declaração teve como referência a *Conferência Mundial sobre a Educação para Todos* (UNESCO, 1997).

Assim, a partir desse momento, muitas vezes, nós, professores, não sabemos bem o que fazer com determinado aluno que, a nosso ver, tem características de aprendizagem específicas e, por isso, exige um atendimento diferenciado. Conforme afirma Lino de Macedo, “como vamos suportar, nós, professores, o fato de que a educação inclusiva veio tornar mais complexa a nossa vida, mais desafiadora a nossa tarefa de professores. Vamos precisar estudar o que antes estávamos dispensados de estudar, vamos ter que aprender técnicas nas quais antes não precisávamos pensar; vamos ter que aprender a ouvir sem audição, a acompanhar

num ritmo mais rápido, quando estávamos acostumados a um ritmo mais lento. Vamos ter que rever as nossas expectativas de professores, rever as nossas formas de avaliar, de reprovar. Vamos ter que melhorar a nossa condição de trabalho” (pg. 71).

Este trabalho de pesquisa objetivou analisar o processo de aprendizagem e implementação da adaptação curricular para a inclusão dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, pretendendo discutir alguns aspectos que consideramos relevantes para o entendimento desse processo. Do tema, para tanto, dentre as questões iniciais que se colocam, destacam-se:

- Como os professores vêem as adaptações curriculares realizadas e quais são consideradas ideais?
- Quais são os desafios para a implementação da adaptação curricular para os professores do atendimento educacional especializado?
- Que tipo(s) de apoio, recursos e mudanças tais professores acreditam serem necessários para que a escola e para que eles consigam atender alunos com necessidades educacionais especiais e efetivamente incluí-los na escola, promovendo o seu desenvolvimento?

Com o intuito de enriquecer a pesquisa acerca da adaptação curricular dentro da política de inclusão escolar no Distrito Federal, pretendemos orientar nosso foco de investigação para as concepções e práticas de professores do ensino médio envolvidos na inclusão dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, no contexto da escola regular do ensino médio.

Para a construção dos dados deste trabalho, participaram 07 (sete) professores: 3 (três) *regentes - PR*, 3 (três) *de apoio - PA*, e 1 (um) *coordenador*. Os quais atuam na perspectiva inclusiva há mais tempo e que, portanto, possuem mais experiência no trabalho com alunos do ensino médio que apresentam necessidades educacionais especiais em situação de inclusão escolar. Optamos por realizar tal investigação por meio do emprego de pesquisa qualitativa, pelo preenchimento de um questionário e pela realização de entrevista semi-estruturada individual. No primeiro momento, houve o preenchido do questionário pelos participantes e, após a leitura de suas respostas, constatamos a necessidade da realização de uma entrevista com esses participantes - para esclarecimentos e detalhamento de

algumas respostas (momento no qual foi utilizado um gravador e a entrevista passou a ser mais pessoal).

Este trabalho surgiu de uma preocupação profissional e pessoal com o tema. Hoje, trabalho no Centro Educacional do Distrito Federal como professora de Sala de Recursos, com alunos com Necessidades Educacionais Especiais que estão cursando o ensino médio. Percebo as dificuldades e o despreparo dos professores ao lidar com as diversidades, suas angústias e reclamações quanto à dificuldade de realizar a adaptação curricular. Em tese, as leis são favoráveis à inclusão de todos, mas é notório que os profissionais das diferentes áreas do conhecimento não estão preparados para trabalhar com estes alunos. Assim, esta pesquisa pretende auxiliar aos educadores, com palestras e oficinas que apresentem experiências que deram certo, para que eles possam proporcionar aos alunos uma melhor qualidade na educação e que se sintam seguros na preparação e planejamento de suas aulas.

Este estudo foi, portanto, uma análise da luta pela busca dos direitos educacionais, ao direito à adaptação curricular para os alunos com necessidades educacionais especiais, priorizando aqueles que possuem necessidades especiais e que estão lotados em classes de ensino médio regular.

Para atender os objetivos propostos, estruturou-se este trabalho em seis capítulos: o primeiro trata da *Fundamentação Teórica*, que está dividida em subtítulos e que, a princípio, descreve as leis na área da legislação educacional para a educação inclusiva, sob a ótica de alguns autores, como Coll, Marchesi, Palacios & Cols; Julia Cristina Coelho Ribeiro; Fátima Alves; Claudia Werneck e Erenice Natália S. de Carvalho e outros estudiosos dessa temática. Também esclarece a importância do currículo e dos princípios legais que garantem a adaptação curricular. O segundo capítulo trata dos objetivos da pesquisa em questão. O terceiro aborda a Metodologia utilizada, destacando a estruturação da pesquisa. O quarto e quinto capítulo pretende investigar o grau de conhecimento e a atuação dos professores no processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais e, ainda, como está sendo realizada, na prática, a adaptação curricular de seus alunos com necessidades educacionais especiais. Para tanto, foi realizada uma pesquisa voltada à investigação, com os professores que atuam nesta escola de ensino regular, a fim de descrever e analisar as concepções e práticas consideradas inclusivas por parte

desses mesmos professores do ensino médio que estão envolvidos com alunos que possuem necessidades educacionais especiais.

No último capítulo, *Considerações Finais*, são apresentados os aspectos relevantes desta pesquisa e uma reflexão do trabalho e suas implicações na atuação dos professores e do coordenador. Serão comentados os sucessos e fracassos da adaptação curricular, bem como apresentadas as sugestões para futuras pesquisas sobre a mesma temática - dentro da Política de Inclusão para alunos com necessidades educacionais especiais inclusos.

I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Educação Especial e Educação Inclusiva

Os aspectos Legais que fundamentam a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular. A Constituição da República Federativa do Brasil (1988) garante, em seu artigo 208, inciso II, “o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular”. A Lei Federal nº 7.853, artigo 2º, de 1989, dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e define que ao poder público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, além de determinar a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino, bem como a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares.

A Resolução do CNE/CEB nº 02/2001 instituiu as “Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica”, que manifestam o compromisso do país com “o desafio de construir coletivamente as condições para atender bem à diversidade de seus alunos”.

A Resolução do CNE/CEB nº 4/2009 instituiu as “Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado – AEE” na educação básica. Assim, pode-se afirmar que a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino é resultante da evolução histórica baseada nos direitos humanos e é uma tendência que vem se acentuando desde o século passado, com dupla função: atender a todos os alunos que, pela complexidade de suas necessidades educativas, requerem atendimento nas modalidades específicas da Educação Especial e, também, apoiar os alunos incluídos na escola comum e os docentes que a eles atendem.

A Educação Especial tem sido atualmente definida no Brasil sob uma perspectiva mais ampla, que ultrapassa a simples concepção de atendimentos especializados, tal como vinha sendo a sua marca nas últimas décadas.

Conforme define a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em vigor, trata-se de uma modalidade de educação escolar, voltada para a formação do

indivíduo com vistas ao exercício da cidadania. Como elemento integrante e indistinto do sistema educacional, realiza-se, transversalmente, em todos os níveis de ensino, nas instituições escolares, cujo projeto, organização e prática pedagógica devem respeitar a diversidade dos alunos, a exigir diferenciações nos atos pedagógicos que contemplem as necessidades educacionais de todos.

As modalidades de atendimento educacional são alternativas de procedimentos didáticos específicos e adequados às necessidades educativas dos alunos da educação especial e que implicam espaços físicos, recursos humanos e materiais diferenciados. São eles: Atendimento Domiciliar, Classe Comum, Classe Especial, Classe Hospitalar, Escola Especial, Oficina Pedagógica, Estimulação Precoce e Sala de Recursos.

Como exemplo, tem-se a educação especial - que possui o programa de Estimulação Precoce e que atende a crianças de 0 a 3 anos e 11 meses, com atividades que potencializem o seu desenvolvimento global, de forma a incluí-las no ensino regular o mais cedo possível. Em qualquer dessas modalidades de atendimento educacional é imprescindível desenvolver ao máximo as potencialidades dos alunos, com vistas a uma integração pessoal/social.

Sob a perspectiva de um sujeito ativo é que a Educação Inclusiva foi implementada, por isso tal movimento preocupa-se em atender todas as crianças, jovens e adultos. Apesar de suas características, desvantagens ou dificuldades, é preciso habilitar todas as escolas para o atendimento na sua comunidade, concentrando-se naqueles que têm sido mais excluídos das oportunidades educacionais.

Oferecer um ambiente favorável à inclusão não é só ter conhecimento das mais variadas diversidades, saber o que é possível trabalhar ou o que o aluno já possui de conhecimento, como também, e principalmente, respeitar suas limitações, reconhecendo suas diferenças e ressaltando suas potencialidades. Para Carneiro (1997, p.33), "os portadores de deficiência precisam ser considerados a partir de suas potencialidades de aprendizagem. Sob esse aspecto, é facilmente compreensível que a escola não tenha de consertar o defeito, valorizando as habilidades que o aluno com necessidade educacional especial não possui, mas ao contrário, trabalhar sua potencialidade, com vistas em seu desenvolvimento".

Conforme pesquisa da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2001, o Brasil tem 15 milhões de pessoas com deficiência e o avanço, no que diz respeito à inclusão, é consequência da adoção dos *princípios da inclusão*.

Recentemente, uma pesquisa evidenciou que o Ensino especial no Distrito Federal atende a 13.689 alunos na Rede Pública de Ensino. Desse total, 7.868 estão matriculados em classes comuns (inclusiva e integradora) e são computados como alunos do Ensino Fundamental. Os demais 5.821 são das classes especiais e dos Centros de Ensinos Especiais (*Fonte Censo Escolar 2008 / www.se.df.gov.br*).

Na década de 80, o movimento pela inclusão começou a se fortalecer em diversos pontos do mundo e nunca foi um fato isolado da educação. Também atendia às necessidades de profissionais de várias áreas da psicologia à reabilitação, passando pelos especialistas na inserção de adultos com deficiência no mercado de trabalho.

Foi da Conferência Mundial que surgiu a *Declaração de Salamanca*, um documento sobre os princípios, a política e a prática da educação para necessidades especiais. Por meio dele, firmou-se a urgência de ações que transformem em realidade uma educação capaz de reconhecer as diferenças, promover a aprendizagem e atender às necessidades de cada aluno individualmente. Nessa conferência, as Nações Unidas, representadas pela UNESCO, garantiam a democratização da educação, independentemente das diferenças particulares dos alunos.

A Declaração de Salamanca é consequência de todo esse processo, mas a autêntica base do que foi discutido na Espanha estava grifada nas diversas declarações das Nações Unidas, que culminaram justamente no documento “Normas Uniformes sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência”, assinado em 1993 e publicado em 1994. De acordo com essas normas, os estados são obrigados a garantir que a educação de pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educativo.

A Declaração de Salamanca recomenda que as escolas se ajustem às necessidades dos alunos, quaisquer que sejam suas condições físicas, sociais e lingüísticas, incluindo aqueles que vivem nas ruas, os que trabalham, os nômades, os de minorias étnicas, culturais e sociais, além daqueles que se desenvolvem à

margem da sociedade. Quanto mais portas se abrirem para a diversidade, melhor será o convívio com a sociedade. (UNESCO – 1997).

O caminho para as escolas inclusivas é longo, cheio de avanços e retrocessos e nele se evidencia a enorme incidência dos valores sociais na prática educativa. As escolas inclusivas não surgem da noite para o dia, mas são gestadas mediante as atitudes positivas e a ação eficaz do conjunto da sociedade. (Carvalho, 2008).

Escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades. Constata-se, portanto, que a construção de uma escola inclusiva implica em transformações no contexto educacional, transformações de idéias, de atitudes e da prática das relações sociais, tanto no âmbito político, no administrativo como também no didático-pedagógico. (Alves, 2003).

O principal projeto desenvolvido pela Secretaria de Educação para o ensino especial é o da Igualdade nas “diferenças”. Esse projeto, dentre outras ações, propõe a formação continuada para professores; acompanhamento psicopedagógico para os alunos com necessidades educacionais especiais, por meio de equipes multidisciplinares; inserção dos alunos com necessidades educacionais especiais em empresas; formação de grupos de estudo com os professores do ensino regular sobre o tema da inclusão; parceria com universidades para aperfeiçoamento dos profissionais da educação especial, além do atendimento a pais de alunos com necessidades educacionais especiais.

O fundamento ideológico das escolas inclusivas não procede somente das vantagens acarretadas para os alunos com problemas de aprendizagem numa educação comum nem da necessidade de uma reforma da educação especial. Sua base situa-se, sobretudo, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual reza que os poderes públicos têm a obrigação de garantir um ensino não segregado, que se prolongue posteriormente na integração de todos os alunos à sociedade, sejam quais forem suas condições físicas, sociais ou culturais. Sob essa perspectiva, o problema não está em analisar as condições em que os alunos com necessidades estão na escola regular, haja vista que o compromisso é garantir uma

educação de qualidade para todos eles e realizar as transformações que sejam necessárias para se conseguir isso. (Coll, Marchesi, Palacios & Cols., 2010, p. 26).

1.2 Considerações Sobre o Currículo Escolar

Iniciando uma reflexão acerca do currículo, cremos que este é posto em prática por meio de muitas instâncias do trabalho docente e não se resume a uma lista de conteúdos determinados para uma série. O currículo é traduzido, na prática, a partir dos materiais que escolhemos; da forma como organizamos o espaço de sala de aula; do mobiliário disponível; da maneira como gerenciamos o tempo de atividade dos alunos; dos equipamentos (tecnologia) que podemos utilizar; das propostas que fazemos diariamente; da forma como as encaminhamos e, finalmente, dos conteúdos que se inserem em cada situação. Frente a isso, o currículo não pode ser casual ou fruto de um trabalho pouco reflexivo.

A escola para todos requer uma dinamicidade curricular que permita ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos alunos. E pensar em adequação curricular significa considerar o cotidiano das escolas, levando-se em conta as necessidades e capacidades dos alunos e os valores que orientam a prática pedagógica.

O currículo cumpre a função de orientar as atividades educativas, suas finalidades e as formas de executá-las. Por isso, pode-se considerá-lo como o movimento da instituição educacional, o reflexo das intenções educativas e o processo organizado para o desenvolvimento das aprendizagens. É, portanto, notória a representatividade desse instrumento. Assim, o currículo deve ser atualizado e acessível e atender, efetivamente, às expectativas pedagógicas de todos os envolvidos nesse processo, garantindo o respeito às particularidades dos estudantes e criando condições de aprendizagem para todos (Orientação Pedagógica, p. 37, 2010). Nessa concepção, o currículo é construído a partir do projeto pedagógico da escola e viabiliza a sua operacionalização, orientando as atividades educativas, as formas de executá-las e definindo suas finalidades. Assim, pode ser visto como um guia, sugerindo “o que, quando e como ensinar”; “o que, como e quando avaliar” (Carvalho, 1999).

A realidade brasileira não revela a existência de currículos abertos. Tradicionalmente, ao contrário, faz-se uso de currículos fechados, que apresentam

característica de inflexibilidade, cujas conseqüências para os estudantes são, em muitos casos, negativas, pois geram evasão escolar e repetência. Tal situação contribui para o aumento dos índices estatísticos do fracasso escolar.

A fim de minimizar os impactos desse perfil fechado de currículo, apresenta-se como alternativa legal e viável a utilização de adequações curriculares, ou ainda, de um currículo funcional, condizente com a necessidade do estudante. De acordo com Coll, Marchesi, Palacios & Cols (2010), tanto os docentes como os coordenadores e gestores escolares podem atuar como facilitadores, assegurando aos estudantes acesso ao currículo e a experiências favoráveis de aprendizagem, desenvolvimento e participação. Cabe-lhes, portanto, agir no sentido de promover a inclusão e prevenir a exclusão, bem como planejar o currículo acessível a todos os estudantes, de modo a promover uma efetiva aprendizagem.

1.3 Adaptações Curriculares

As adequações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adequação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não há a necessidade de ser um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos. As necessidades especiais revelam quais os tipos de ajuda, diferentes dos usuais, que são requeridos, de modo a cumprir as finalidades da educação. As respostas a essas necessidades devem estar previstas e respaldadas no projeto pedagógico da escola, não por meio de um currículo novo, mas da adequação progressiva do regular, buscando garantir que os alunos com necessidades especiais participem de uma programação tão normal quanto possível, mas que considere as especificidades que as suas necessidades possam requerer.

Na prática pedagógica, a resposta educativa à diversidade deverá “aceitar a diversidade como uma condição inata aos seres humanos. Existem diferenças entre aceitar teoricamente a diversidade e transformar a forma de ensinar para adequá-la às diferenças dos alunos. [...] A flexibilidade e a abertura do currículo devem caracterizar os processos de planejamento e desenvolvimento, objetivando

racionalizar os recursos, de modo a permitir a adaptação curricular às necessidades individuais dos alunos.” (TORRES GONZÁLEZ – 2002), perspectiva com a qual concordamos. Tal abordagem “implica um currículo básico [...], no qual a administração educacional estabelece um marco de referência que garante um eixo comum para todos os indivíduos, mas que oferece possibilidades de adaptação.” (TORRES GONZÁLEZ – 2002).

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* de “adaptação curricular” segundo a qual existe a necessidade de alterar não apenas os conteúdos, mas, sim, de diversificar as metodologias e/ou tecnologias do ensino (que vislumbrem a pluralidade de saberes a serem contemplados pelo currículo); a necessidade de mudança do próprio estatuto epistemológico em que se baseia a seleção e, ainda, a organização do conhecimento que é veiculado em nossas escolas “inclusivas”. Os PCN’s apontam, entretanto, o risco dessas “adaptações”, que podem banalizar e descontextualizar o conhecimento. Por último, apresentam uma síntese das “adaptações”, tendo como pano de fundo a educação dos aprendizes surdos.

O *Parâmetros Curriculares Nacionais* acrescenta que “as adaptações curriculares são medidas pedagógicas adotadas em diversos âmbitos: no nível do projeto pedagógico da escola, da sala de aula, das atividades, e somente quando absolutamente necessário, aplicam-se ao aluno individualmente. Visam ao atendimento das dificuldades de aprendizagem e das necessidades especiais do educando e ao favorecimento de sua escolarização. Consideram os critérios de competência acadêmica dos alunos, tendo como referência o currículo regular e buscam maximizar as suas potencialidades, sem ignorar ou sublevar as limitações que apresentam e suas necessidades especiais. Essas medidas adaptativas focalizam a diversidade da população escolar e pressupõem que o tratamento diferenciado pode significar para os alunos que necessitam igualdade de oportunidades educacionais. Desse modo, buscam promover maior eficácia educativa, na perspectiva da escola para todos.”

Hoje, encontramos determinações de organismos internacionais, os quais fazem claras indicações nesse sentido. A Declaração de Salamanca (artigos 28 e 29), por exemplo, ao tratar sobre o currículo, afirma que este “[...] deve ser adaptado às necessidades das crianças, e não o contrário. As escolas deverão, por

consequente, oferecer opções curriculares que se adaptem aos alunos com habilidades e interesse diferentes. [...] Alunos com necessidades educacionais especiais devem receber apoio instrucional adicional no programa regular de estudos, ao invés de seguir um programa de estudos diferente. O princípio norteador será o de providenciar, a todas as crianças, a mesma educação e também prover assistência adicional e apoio às crianças que assim o requeiram.” (UNESCO, 1994).

Esse desafio passa, também, pela compreensão de todos aqueles que entendem a educação como um direito de todos. Não basta incluir o ANEE no ambiente escolar; é necessário trabalhar em conjunto com toda a sociedade, com o intuito de oferecer uma educação capaz de transformar sua realidade, construindo uma sociedade onde caibam todos.

As adequações curriculares constituem possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos ANEE. Precisamos nos basear nos norteadores pedagógicos sobre “o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; que formas de organização de ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como e quando avaliar”. (Diretrizes Pedagógicas SEE/DF 2009/2013 GDF).

De acordo com o Artigo 44, da Resolução 1/2009, do CEDF (Conselho de Educação do Distrito Federal), a estrutura do currículo e da proposta pedagógica para atender às especificidades dos estudantes com necessidades educacionais especiais deve observar a necessidade de constante revisão e adequação da prática pedagógica nos seguintes aspectos: I – introdução ou eliminação de conteúdos, considerando a condição individual do estudante; II – modificação metodológica dos procedimentos, da organização didática e da introdução de métodos; III – temporalidade com a flexibilização do tempo para realizar as atividades e desenvolvimento de conteúdos; IV – avaliação e promoção com critérios diferenciados, em consonância com a proposta pedagógica da instituição educacional, respeitada a frequência obrigatória. São adaptações individuais dentro da programação regular, considerando os objetivos, conteúdos e critérios de avaliação para responder às necessidades de cada aluno.

Segundo o documento *Saberes e Práticas da Inclusão – Recomendações para a Construção das Escolas Inclusivas* (MEC, 2005, p.61),

As Adequações Curriculares constituem, pois possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adequação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, possível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educando. Nessas circunstâncias, as adequações curriculares implicam a planificação pedagógica e as ações docentes fundamentadas em critérios que definem: o que o aluno deve aprender, como e quando aprender, que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem e como e quando avaliar o aluno.

As avaliações realizadas revelam que a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais não está isenta de problemas e que é imprescindível propor mudanças profundas para conseguir escolas abertas para todos.

Os alunos não são iguais. Podemos afirmar que todos os alunos são diferentes em seus ritmos de aprendizagem e em seus modos pessoais de enfrentar o processo educacional e a construção de seus conhecimentos. “A atenção às diferenças individuais faz parte também de todas as estratégias educativas que se assentam no respeito à individualidade de cada aluno. Um respeito que, no caso dos alunos com necessidades educativas especiais, exige que se proporcione uma educação adaptada às suas possibilidades. O problema surge quando tais adaptações supõem a modificação de forma significativa do currículo comum”. Coll, Marchesi, Palacios & Cols., (2010).

Para Torres Gonzáles, “a resposta à diversidade concretiza-se em nosso sistema educacional por meio do conceito da adaptabilidade do currículo.” (p.132). Para esse autor, “as adaptações curriculares relacionam-se com afirmações conceituais que fundamentam a necessidade de um currículo comum, geral, como resposta curricular à diversidade e respeito às diferenças. A adaptação do currículo é outra característica relevante. O objetivo da integração não é que os alunos estejam com seus colegas, mas que participem de um currículo comum. Para que tal participação exista, é necessário que os alunos tenham acesso a ele. Isso

normalmente exige a adaptação dos conteúdos de aprendizagem, dos métodos pedagógicos e da atenção aos alunos.”.

1.3.1 Adequações Curriculares Não Significativas (DE PEQUENO PORTE)

O conceito “Adequações Curriculares de Pequeno Porte” deve ser uma busca primeiramente do professor em conhecer melhor cada aluno e suas peculiaridades e, conseqüentemente, as suas necessidades especiais. Para permitir que os alunos com necessidades educacionais especiais participem integralmente das oportunidades educacionais, com resultados favoráveis dentro de uma programação tão normal quanto possível, são pequenos ajustes nas ações planejadas a serem desenvolvidas no contexto da sala de aula.

As adequações organizativas têm um caráter facilitador no processo de ensino-aprendizagem e dizem respeito ao tipo de agrupamento de alunos para a realização das atividades de ensino-aprendizagem; à organização didática da aula (propõe conteúdos e objetivos de interesse do aluno ou diversificados, para atender às suas necessidades especiais), bem como à disposição física de mobiliários, de materiais didáticos e de espaço disponível para trabalhos diversos; a organização dos períodos definidos para o desenvolvimento das atividades previstas - propõe previsão de tempo diversificada para desenvolver os diferentes elementos do currículo na sala de aula.

As adequações relativas a objetivos e conteúdos dizem respeito à priorização de áreas ou unidades de conteúdos que garantam funcionalidade e que sejam essenciais e instrumentais para as aprendizagens posteriores. Como exemplos, podemos citar as habilidades de leitura e escrita, cálculos etc.

No que tange à priorização de objetivos que enfatizam capacidades e habilidades básicas de atenção, participação e adaptabilidade do aluno, podemos citar como exemplo o desenvolvimento de habilidades sociais, de trabalho em equipe, de persistência na tarefa etc.

A sequenciação pormenorizada de conteúdos requer processos gradativos de menor ou maior complexidade das tarefas (atendendo à seqüência de passos), a ordenação da aprendizagem, o reforço dessa aprendizagem e a retomada de determinados conteúdos para garantir o seu domínio e a sua consolidação.

As adequações nos procedimentos didáticos e nas atividades de ensino-aprendizagem referem-se ao modo de ensinar os componentes curriculares. Dizem respeito, portanto, à alteração nos métodos definidos para o ensino dos conteúdos curriculares; à seleção de um método mais acessível para o aluno; à introdução de atividades complementares que requeiram habilidades diferentes ou à fixação e consolidação de conhecimentos já ministrados, utilizados para reforçar ou apoiar o aluno e oferecer oportunidades de prática suplementar ou aprofundamento. Tais atividades são facilitadas pelos trabalhos diversificados, que se realizam no mesmo segmento temporal; pela introdução de atividades prévias, que preparam o aluno para novas aprendizagens; pela introdução de atividades alternativas para os alunos com necessidades educacionais especiais (enquanto os demais colegas realizam outras atividades). Também é indicada, nas atividades mais complexas que exigem uma sequenciação de tarefas, a alteração do nível de complexidade das atividades, por meio de recursos como eliminar partes de seus componentes (simplificar um problema matemático, excluindo a necessidade de alguns cálculos, é um exemplo); ou explicitar os passos que devem ser seguidos para orientar a solução da tarefa, ou seja, oferecer apoio, especificando passo a passo a sua realização; a alteração na seleção de materiais e adaptação de materiais, como o uso de máquina Braille para o aluno cego; calculadoras científicas para alunos com alta habilidades/superdotados etc.

As adequações avaliativas dizem respeito à seleção das técnicas e instrumentos utilizados para avaliar o aluno. Propõem modificações sensíveis na forma de apresentação das técnicas e dos instrumentos de avaliação de sua linguagem, de um modo diferente dos demais alunos, para atender às peculiaridades dos que apresentam necessidades especiais.

As adequações na temporalidade dizem respeito à alteração no tempo previsto para a realização das atividades ou conteúdos do período para alcançar determinados objetivos. (Orientações Pedagógicas – 2010).

1.3.2 Adequações Curriculares Significativas (DE GRANDE PORTE)

As “Adequações Curriculares Significativas de Grande Porte” realizam-se de acordo com as necessidades do aluno, podendo ser dispensadas ou aplicadas de

forma reduzida, ou, ainda, em alguns casos, de forma mais intensiva, dependendo das necessidades que forem identificadas.

As adequações relativas aos objetivos sugerem decisões que modificam significativamente o planejamento dos objetivos definidos, adotando uma ou mais das seguintes alternativas: a eliminação de objetivos básicos (quando extrapolam as condições do aluno para atingi-los), de modo temporário ou permanente; a introdução de objetivos específicos alternativos (não previstos para os demais alunos), que podem ser acrescidos na programação pedagógica das necessidades específicas suplementares.

As adequações relativas aos conteúdos incidem sobre conteúdos básicos e essenciais do currículo e requerem uma avaliação criteriosa para serem adotados. Elas dizem respeito à introdução de novos conteúdos (não previstos para os demais alunos, mas essenciais para alguns, em particular); à eliminação de conteúdos que, embora essenciais no currículo, sejam inviáveis para alguns alunos. Existem conteúdos que, embora ministrados, não podem ser cobrados na avaliação de alguns alunos, por estarem associados a objetivos que tiveram de ser eliminados.

As adequações relativas à metodologia são consideradas significativas quando implicam uma modificação expressiva no planejamento e na atuação docente. Elas dizem respeito à introdução de métodos muito específicos para atender às necessidades particulares dos alunos e, de modo geral, são orientadas por professores especializados.

As adequações significativas na avaliação estão vinculadas às alterações nos objetivos e conteúdos que foram acrescidos ou eliminados. Desse modo, influenciam os resultados que levam, ou não, à promoção do aluno e evitam a “cobrança” de conteúdos e habilidades que possam estar além de suas atuais possibilidades de aprendizagem e aquisição.

As adequações significativas na temporalidade referem-se ao ajuste temporal possível para que o aluno adquira conhecimentos e habilidades que estejam ao seu alcance, mas que dependem de ritmo próprio ou do desenvolvimento de um repertório anterior indispensável para novas aprendizagens. Desse modo, requerem uma criteriosa avaliação dos alunos e de seu contexto escolar e familiar, porque podem resultar em um prolongamento significativo do tempo de escolarização

desses alunos. Note-se que isso não caracteriza reprovação, mas parcelamento e sequenciação de objetivos e conteúdos.

Faz-se necessário destacar que as adequações curriculares propostas para os estudantes deverão ser registradas em formulário definido anualmente pela unidade de gestão central da Educação Especial da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. (Orientações Pedagógicas – 2010).

Cabe aos profissionais da área de educação diminuir os obstáculos e facilitar o acesso dos alunos com necessidades educacionais especiais a uma escola que reconheça e valorize a sua heterogeneidade, procurando desenvolver suas diferentes potencialidades, por meio de uma prática de ensino flexível e diferenciada, que busque o que há de melhor em cada um dos alunos, usando as adaptações curriculares, quando necessário, para que eles não sejam impedidos de exercer uma vida digna.

Segundo Coll, Marchesi, Palacios & Cols (2010), “Vale lembrar, finalmente, que as adaptações curriculares não se restringem apenas aos alunos que apresentam algum tipo de deficiência, mas podem ser requeridas por muitos outros, que por suas condições de desenvolvimento pessoal e por sua experiência educacional, apresentam dificuldades de aprendizagem ou defasagens com relação ao currículo correspondente à sua idade. De resto, muitos alunos com deficiência podem acompanhar o currículo comum apenas acrescido de algumas ajudas técnicas ou materiais.” (p. 297).

Em sua pesquisa, Ribeiro (2006) comenta que “o grande desafio da Educação na atualidade é, então, garantir aos educandos – independentemente de sua diversidade sócio-cultural – o acesso aos conteúdos acadêmicos importantes para o exercício da cidadania, ampliando com isso, suas possibilidades de participação na sociedade.”

II - OBJETIVO

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar como é feita a Adaptação Curricular em classe regular do Ensino Médio no Distrito Federal, bem como o processo de socialização e de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Para isso, foram desdobrados os seguintes objetivos específicos:

- 1- Contextualizar e analisar se são realizadas (e como) as adaptações curriculares.*
- 2- Investigar, com o professor regente, apoio e coordenador desta escola inclusiva, se a adaptação curricular adotada promove a socialização dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto escolar.*
- 3- Investigar a percepção do coordenador e dos professores de ensino regular e da sala de apoio quanto à implementação da adaptação curricular na escola onde atuam.*

A seção seguinte é dedicada às considerações metodológicas, bem como à apresentação dos recursos e estratégias utilizados para o alcance dos objetivos propostos.

III – METODOLOGIA

3.1 Fundamentações Teóricas da Metodologia

O estudo exploratório permite aliar as vantagens de se obter os aspectos qualitativos das informações preliminares sobre o objeto de pesquisa em questão. Ressalta-se que nesta primeira parte da pesquisa, a investigação está voltada para as significações produzidas por professores regentes, de apoio e coordenador, que atuam em escola inclusiva.

A fim de descrever e analisar as concepções e práticas consideradas inclusivas por parte dos professores e do coordenador do ensino médio, que, por sua vez, estivessem envolvidos com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais inseridos no contexto escolar na escola regular, optamos por realizar tal investigação por meio do emprego de pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa estuda os processos de interação no ambiente natural em que ocorrem, tentando interpretar os fenômenos sociais em termos dos significados que as pessoas atribuem a eles. Trata-se de compreender a natureza socialmente construída da realidade, assim como a íntima relação entre o pesquisador e aquilo que é investigado por ele, além de se pretender analisar os recortes situacionais que formam a pesquisa em ciências sociais. Strauss e Corbin, (2008).

3.2 Contextos da Pesquisa

Esta pesquisa foi realizada em uma escola pública do Distrito Federal, que oferece cursos desde a Educação Básica até o Ensino Médio. No turno matutino, atende 310 alunos do 1º ano; 213, do 2º ano; e 180, do 3º ano do Ensino Médio, em sua maioria, adolescentes na faixa etária entre 14 e 18 anos. No vespertino, é desenvolvida a modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), no Ensino Fundamental e Médio, com 32 alunos no 1º segmento, 231 no 2º segmento, 65 alunos no 3º segmento - na faixa etária acima de 15 anos. No noturno, são 684 alunos do EJA no 3º segmento.

A escola possui 20 (vinte) salas de aula, uma biblioteca, uma sala para os professores, uma sala de coordenação, uma sala de recursos multifuncional, um

refeitório, um auditório, uma sala de vídeo, três quadras de esportes e um laboratório de informática. São 98 professores e 2 orientadores. Não existe psicólogo escolar. A escola funciona como Pólo de Deficiência Auditiva há mais de 10 (dez) anos. Só há uma rampa na entrada da sala de recursos. O aluno com deficiência física tem o apoio dos professores especializados, que fazem parte do projeto “Educandarte”, com atividades de dança e apoio pedagógico. Essa escola trabalha com o objetivo de atingir 100% de inclusão dos alunos. Para as turmas com alunos deficientes auditivos são disponibilizados professores intérpretes (que permanecem na sala de aula durante todo o período de duração das aulas), com o intuito de fazer a interpretação por meio de LIBRAS - Linguagem Brasileira de Sinais. No turno contrário às aulas, os alunos Deficientes Auditivos permanecem na escola, almoçam e têm atendimento, na sala de recursos multifuncional (com professores especializados) e dispõem de computadores para uso dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A sala de recursos funciona de duas maneiras: uma atende apenas os alunos surdos e a outra, aqueles que possuem outras necessidades especiais, como Deficientes Intelectuais, Deficientes Físicos, Deficientes Múltiplos e os que possuem Transtorno Global do Desenvolvimento. Para esse atendimento, há dois professores especializados nas áreas de Ciências Humanas e Ciências Exatas. Todos os alunos são atendidos em turno contrário ao das aulas na Sala de Recursos. Há um total de 52 Deficientes Auditivos, 19 Deficientes Intelectuais, 6 Deficientes Físicos, 2 Deficientes Múltiplos, 2 alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento e mais 2 com Transtornos de Comportamento.

Nas salas de recursos multifuncionais, são desenvolvidos projetos nos quais a educação dos surdos será conduzida numa perspectiva bilíngüe (A modalidade *Libras* é tida como a primeira língua – L1 e a modalidade *Escrita da Língua Portuguesa* como a segunda – L2). Essas modalidades são línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo dos estudantes, resguardado o direito de opção da família ou do próprio estudante quanto à proposta educacional bilíngüe ou oralista. Caso haja preferência pela proposta oralista, o estudante será matriculado em classe comum da rede pública de ensino e receberá Atendimento Educacional Especializado, no Centro Educacional da Audição e

Linguagem – CEAL, por meio de convênio estabelecido com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (Educação Especial Orientação Pedagógica – 2010).

As adequações curriculares oferecidas aos alunos com necessidades especiais nesta escola encontram amparo legal na RESOLUÇÃO Nº 01/2009, do Conselho de Educação do Distrito Federal – artigo 44 e nas orientações pedagógicas do Governo do Distrito Federal – GDF/ SEDF/GEE, 2010.

No ano letivo de 2010, foi implementado um projeto denominado ‘Biologia para Surdos’, e passou a ser desenvolvido no mesmo horário das aulas de Biologia (no ensino regular da turma do aluno surdo do Ensino Médio), porém, em espaço diferenciado. Este projeto segue o mesmo currículo adotado no ensino regular, com a adequada adaptação (planejamento, metodologia, atividades e avaliação) às necessidades pedagógicas dos alunos surdos. A língua de instrução é a Língua Brasileira de Sinais – Libras; sendo a Língua Portuguesa respeitada e orientada como segunda língua nos conteúdos registrados em língua portuguesa. As aulas são ministradas por professor capacitado na educação de surdos e habilitado em biologia.

Já, o projeto interventivo “Janela da Inclusão” surgiu da necessidade de atender a 13 alunos surdos, que sofriam com diversos problemas emocionais e com a distorção na idade/série (que comprometia a aprendizagem e, muitas vezes, provocava a evasão escolar ou anos consecutivos de repetência). No turno matutino, os alunos utilizam diferentes recursos visuais (para fomentar a aprendizagem) e contam com o ensino de Libras em todo o processo. No vespertino, trabalham, em currículo funcional, nos cursos profissionalizantes e têm atividades esportivas direcionadas, para resolver conflitos interpessoais (com o acompanhamento da professora regente em Libras, que é também psicóloga) e demais profissionais de instituições como SESC e SENAI. É oferecida aos alunos, ainda, uma “Oficina de Libras” - curso de libras para alunos-ouvintes, professores, funcionários e toda a comunidade; um projeto “Educando Para a Vida”, implementado em 2001, que tem o objetivo de explanar à comunidade escolar temas relativos a sexualidade e prevenção de doenças. Há, também, o “Projeto Educandarte”, que oferece aos alunos com necessidades educacionais especiais

aulas nas quais, por meio da dança, trabalha-se a autoestima dos alunos, com o intuito de adaptá-los ao meio social escolar e, conseqüentemente, incluí-los na sociedade, juntamente com suas famílias. Este projeto tem como vertente a Cultura Árabe (é intitulado artisticamente de “Sol do Oriente”) e trabalha em parceria com dançarinos profissionais.

3.3 Participantes

Para a realização deste trabalho de pesquisa, selecionamos 7 (sete) participantes, que, por sua vez, atendessem aos seguintes critérios: 3 (três) Professores Regentes, 3 (três) de apoio e 1 (um) coordenador, os quais atuam a partir da perspectiva inclusiva e que, portanto, possuem experiência no trabalho com os alunos que têm necessidades educacionais especiais e estão em situação de inclusão escolar. A escolha de participantes com atuações diferentes na escola foi realizada com o objetivo de ter uma visão de vários atores que trabalham com a adequação curricular.

Todos os participantes têm formação em nível superior e experiência de mais de 17 (dezessete) anos no Ensino Médio, sendo que alguns fizeram cursos específicos por conta própria, conforme apresenta a tabela a seguir:

Quadro 1- Características dos professores

Professor	Idade /sexo	Tempo de SEE/DF Magistério	Formação	Tempo de Atuação com ANEE	Número de alunos com NEE5 de inclusão
PR1	45/F	25 anos	Superior: Licenciatura em História	15 anos	35 ANEE : 2 Transtorno Global do Desenvolvimento ,3 Deficiência Física, 8 Deficiência Intelectual, 22 Deficiência Auditiva.
PR2	42/F	20 anos	Superior: Artes Plásticas / Historia da Arte e Pós-Graduação em Educação Inclusiva	10 anos	45 ANEE: 3 Transtorno Global do Desenvolvimento ,5 Deficiência Física, 12 Deficiência Intelectual, 25 Deficiência Auditiva.
PR3	45/M	20 anos	Superior: Pedagogia e Estudos Sociais	10 anos	10 ANEE 1 Transtorno Global do Desenvolvimento ,2 Deficiência Física, 2 Deficiência Intelectual, 5 Deficiência Auditiva.
PA1	42/F	17 anos	Superior: Licenciatura em Biologia, Mestrado em Ensino de Ciências	16 anos	52 Deficiência Auditiva
PA2	45/F	20 anos	Superior: Psicologia e cursos em Libras	15 anos	9 Deficiência Auditiva
PA3	43/F	22 anos	Superior: Licenciatura em Português ,Doutora em Linguística, especialização em língua de sinais e na educação de surdos.	20 anos	52 Deficiência Auditiva
PC 1	36/F	17 anos	Superior: Licenciatura em Geografia, Pós-Graduação em Educação Ambiental. Libras	15 anos	_____

4 Legenda:

- PR : professor regente ;
- PA: professor de apoio;
- PC: professor coordenador.

5 Abreviatura para necessidades educacionais especiais.

6 Abreviatura para Alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

3.4 Material

Para a realização desta pesquisa foram utilizados os seguintes materiais:

- Gravador MP3;
- Canetas;
- Papel Ofício tamanho A4;
- Computador;
- Pen drive;
- Impressora.

3.5 Instrumentos de construção de dados

Para a realização da presente pesquisa, foram utilizados dois instrumentos: um questionário e uma entrevista semi-estruturada. Os questionários foram elaborados pela própria autora deste estudo, com o objetivo de examinar a opinião dos professores sobre adaptação curricular na escola inclusiva. O roteiro faz questionamentos a respeito do entendimento sobre a adaptação curricular; quais os seus reflexos no processo da aprendizagem e da socialização dos alunos com necessidades especiais e sua contribuição para o desenvolvimento da cidadania desses educandos, entre outras questões relativas a esse fenômeno (ver Apêndice).

O instrumento foi estruturado em 3 (três) questionários: professores regentes, professores de apoio e coordenador.

3.6 Procedimentos para a construção dos dados

Após a autorização da Secretaria de Educação do Estado do Distrito Federal, a pesquisadora dirigiu-se até o colégio onde ocorreu a pesquisa. Primeiramente, ao chegar à escola, procurou a direção e comunicou sobre a pesquisa e seu objetivo. Na segunda quinzena de novembro, realizou os convites, pessoalmente, a vinte (20) professores e alguns o aceitaram prontamente. Dos vinte questionários entregues, apenas 11 foram devolvidos devidamente preenchidos à pesquisadora na primeira semana de dezembro. Dentre esses onze (11) entrevistados, por causa da falta de tempo, foram escolhidos apenas três (3) professores regentes, três (3) professores de apoio e um (1) coordenador. Após a leitura das respostas dos questionários de

cada participante, ficou constatado que algumas respostas estavam incompletas ou superficiais. Diante disso, a autora optou por realizar uma entrevista direta e individual com esses participantes, utilizando o mesmo questionário (em apêndices), para uma visão mais apurada e detalhada do tema da pesquisa. Nessa etapa, as entrevistas foram agendadas e realizadas individualmente entre a última quinzena de fevereiro e o início de março com a duração média de 30 a 40 minutos, na sala de coordenação. As entrevistas gravadas e conduzidas pela pesquisadora foram transcritas.

3.7 Procedimentos de Análise dos Dados

A análise e a discussão dos dados coletados em questionários e entrevistas foram transcritas integralmente, com o intuito de estabelecer uma comparação das opiniões dos professores regentes, professores de apoio e do coordenador, a partir dos procedimentos desenvolvidos nesta pesquisa.

O objetivo desta pesquisa foi produzir uma análise das significações que os professores constroem em meio à política pública de inclusão escolar. O procedimento de análise dos dados foi iniciado com um estudo dos questionários e das entrevistas realizadas.

Após leitura dos dados e sua descrição por subtemas - visão sobre a educação inclusiva; visão sobre a adaptação curricular; percepção sobre o processo de adaptação curricular na escola e desafios na implementação da adaptação curricular – procedeu-se uma análise comparativa entre as respostas dos participantes e também uma análise comparativa das respostas com a literatura apresentada na revisão teórica.

IV– RESULTADOS

Na análise dos resultados obtidos, consideramos as opiniões sobre a Política Pública da Educação Inclusiva e, ainda, a aprendizagem/socialização e adaptação curricular dos alunos com necessidades educacionais especiais. Por se tratar de um estudo direcionado aos professores com maior experiência em educação inclusiva, observamos que os participantes trouxeram uma contribuição mais elaborada e sistematizada acerca dos atributos que compõem o conceito de inclusão, pois tiveram oportunidade, ao longo dos anos de atuação em escola inclusiva, de refletir de modo mais aprofundado sobre esta prática.

4.1. Visão dos professores regentes, professores de apoio e coordenador sobre a educação Inclusiva

Ao serem questionados, os professores regentes (PR) foram, a princípio, trazendo elementos mais relacionados à sua vivência (oscilando entre conceitos cotidianos e conceitos científicos) ao passo que os professores de apoio (PA), por terem maior capacitação e experiência em educação especial, buscavam realçar aspectos mais refinados sobre o conceito de inclusão (produzindo análises e sínteses a respeito da educação inclusiva). Todos os entrevistados, entretanto, concordavam que a inclusão é um processo invisível e ainda incipiente, a despeito de representar um avanço na educação tanto para os alunos com necessidades educacionais especiais como para os outros (considerados normais). Para o PR1, “é importantíssimo que aconteça a inclusão, principalmente porque a educação inclusiva é a educação da paz, da tolerância e da aceitação. Uma sociedade não é justa se não puder contemplar tudo isso”. Já, para o PA2, “a educação inclusiva é aquela que genuinamente promove o envolvimento do indivíduo, para que ele possa ter uma educação de qualidade, ainda que seja preciso melhorar, pois nem todas as escolas que têm aluno com necessidade educacional especial oferecem apoio do professor especializado, como manda a lei”. O PR2 afirma não perceber esta adaptação curricular funcionando “na prática”, mas que tenta fazer o melhor possível para efetivá-la. Afirma, ainda, que outros colegas não têm a mesma disposição e que, às vezes, nem sequer têm preparo para fazê-lo. Apesar disso, ele percebe que

muitos já estão mudando a sua postura e abrindo mais a mente. O PR3 afirma que “sim”. O PA1 comenta que “para o aluno surdo percebo que ele tem o direito de receber um atendimento educacional diferenciado, que seria mais efetivo num atendimento na modalidade de unidades especiais ou em escolas bilíngües (escolas em que o meio de instrução é a língua de sinais com professores capacitados, recursos e metodologias adequadas, nessa escola estudam surdos e ouvintes). Portanto, penso que a política da inclusão não é a melhor proposta para o surdo. O governo deveria oferecer outras possibilidades para que o aluno e/ ou sua família pudesse optar.”. Já para o PA3 “a educação inclusiva, sem dúvida nenhuma, representa um avanço educacional. Contudo, não é uma educação e uma proposta uniforme. Muito pelo contrário, uma proposta, por si só, de diversidade. Essa diversidade implica, desde o início, distinguir INCLUSÃO SOCIAL de INCLUSÃO EDUCACIONAL. A inclusão social vem caminhando bem, ao longo dos anos. A inclusão educacional ainda está engatinhando bastante. Há muito, ainda, a ser feito. É preciso que sejam revistos muitos conceitos e práticas que se encontram impressos em vários profissionais tanto do ensino regular, quanto da própria educação especial, em atuação na sala de recursos, no atualmente conhecido como AEE. O nosso maior desafio é não desistir nunca! Acima de tudo, é um grande desafio para quem está atuando na educação especial, não se deixar levar pelo comodismo, pelas regras impostas, uniformes e estar SEMPRE, SEMPRE, SEMPRE refletindo sobre o processo educacional dos alunos e estar SEMPRE, SEMPRE, SEMPRE aberto a mudança”. PC “Acho louvável esse trabalho e dos anos que tenho de secretaria de educação foi uma das iniciativas que mais admirei, acompanhei esse processo de inclusão logo que ingressei na SEDF, estava em sala de aula no início da carreira de magistério numa turma de 5ª série quando me deparei com uma aluna surda e naquela época nos não tínhamos intérpretes em sala e eu não sabia nada de libras, foi uma experiência traumática porém apaixonante. Falo traumática pois em nenhum momento fui capacitada para lidar com esta situação, porém foi apaixonante pois tive que aprender e aprendi com a própria aluna uma forma de comunicação, a partir de então comecei a ter um olhar diferenciado para educação inclusiva. Fico feliz, pois muita coisa mudou e acredito que pra melhor”.

4.2. Visão de todos os professores no que tange à adaptação curricular

Como observamos, as estratégias de enfrentamento da situação apresentadas por PR1 e PA1 com relação aos alunos com necessidades educacionais especiais concentram-se no reconhecimento e na valorização das diferenças - no trabalho de adaptação curricular.

Mas, conforme PR2, PR3, PA2 e PA3, as adaptações curriculares fornecem a possibilidade educacional de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais. Para eles, deve haver a adaptação do currículo regular, quando necessário, com o objetivo de torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não há a necessidade de se criar novo currículo, mas, sim, de torná-lo mais dinâmico, alterável e passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. Todos os professores entrevistados afirmaram utilizar-se de adaptações curriculares.

Os comentários que seguiram eram sobre os procedimentos pedagógicos e outros recursos que eles têm adotado na sala de aula para implementar a adaptação curricular (tornando a aprendizagem acessível a todos os seus alunos). O PR1 relata, em seu depoimento, que utiliza materiais didáticos diferenciados, trabalhos que levam em conta os talentos e aptidões dos alunos envolvidos. E dá exemplo desse trabalho: “no ano de 2009, trabalhei com o João, que tem transtorno global do desenvolvimento (TGD). No caso, para a turma toda (da 5ª série), foi adotado um trabalho de um álbum seriado sobre a Mesopotâmia. Para João, o trabalho foi diferenciado, e descobri que João tem uma memória maravilhosa. Ele apresentou para a sala, oralmente, o código de Hamurabi, falando sobre as leis. Ele decorou tudo. Eu considero que foi excelente, porque é um talento que ele já tinha. Ele se sentiu valorizado e a turma, inclusive, aprendeu a valorizar o seu talento. Ao final do ano, também com João, foi feita a avaliação de um texto discursivo - com uma redação sobre todo o período da história romana. Para o João, foi elaborada uma questão especial; foi pedido a ele que produzisse um texto, comentando o que ele aprendeu e mais gostou sobre Roma. E ele produziu um texto maravilhoso sobre Calígula e Nero. Eu fiquei boba, pois ele falou detalhes que nem eu mais lembrava que tinha comentado na aula. Eu considero isto um aprendizado. No caso do Mário,

aluno do 1º ano do ensino médio, ele tem ASPERGER. Por exemplo, o aluno tinha que selecionar um personagem da história que nós estudamos, bem como se fantasiar daquele personagem. No caso do Mario, como eu sei que ele é muito religioso e ligado ao grupo, para ele foi aberto que escolhesse um personagem da Bíblia. E aí, ele veio caracterizado de José do Egito, e falou um pouco sobre os outros patriarcas de quem também ele gostava e que tinham a ver com a sala de aula. Eu considero uma atividade diferenciada, pois valorizou o aluno. E ele sentiu que foi reconhecido e que tem valor como os outros colegas.

Na opinião do PR2: “... com trabalhos e provas adaptados (pelo menos tento o que posso, mas acho que posso estar sempre me aprimorando para ajudá-los. Incluí-los nas brincadeiras, nas aulas, nas apresentações de trabalhos, nas dinâmicas em sala, procuro ajuda na sala de atendimento deles, etc.”. No primeiro momento PR3 não respondeu, retornei e realizei a pergunta novamente :“primeiro, os professores devem estar orientados de como trabalhar os alunos e também receberem cursos de orientação; como palestras e oficinas, para saberem trabalhar as dificuldade que o aluno possa apresentar.”

Para o PA1: “Eventos de sensibilização e socialização na comunidade escolar e especificamente em sala de aula”. Enquanto para o PA2: “a educação inclusiva vem revelando a sensibilidade de educadores e educadoras que têm o compromisso com a inclusão e respeitam as diferenças. O nosso maior desafio é não desistir nunca! Acima de tudo, é um grande desafio para quem está atuando na educação especial, não se deixar levar pelo comodismo, pelas regras impostas, uniformes e estar sempre refletindo sobre o processo educacional dos alunos e estar sempre aberto a mudança”. Conforme o PR3: “é preciso sensibilizar TODA A COMUNIDADE ESCOLAR, de uma maneira geral. É um trabalho de sensibilização árdua, pois não toca todas as pessoas da mesma forma, daí, a necessidade de se respeitar, também, as individualidades dos professores, os quais, assim como os alunos com necessidades educacionais especiais, possuem também sua diversidade própria.”

O comentário para PC foi: “Sim, pois suas necessidades sendo reconhecidas, eles conseguem alcançar o aprendizado e se sentem capazes e melhoram a auto-estima e o processo de socialização acontece”.

4.3. O processo de adaptação curricular na aprendizagem e na socialização dos alunos com necessidades educacionais especiais e seus pares

Quando foi pedido aos entrevistados que fizessem uma análise sobre a aprendizagem e a socialização dos alunos com necessidades educacionais especiais, alguns trechos das entrevistas evidenciam a prática e a reflexão dos participantes sobre outros procedimentos pedagógicos adotados por eles em sala de aula. O PR1 relata a apresentação de um trabalho, no qual, por meio da adaptação curricular, ele conseguiu socializar os alunos com necessidades educacionais especiais: “Foi no ano passado, em uma turma de 1º ano do ensino médio. Os alunos deficientes auditivos foram fazer um trabalho sobre a Idade Média, pesquisando se havia preconceito e exclusão das pessoas portadoras de deficiência. Eles vieram vestidos a caráter, e demonstraram para os outros colegas como era agressivo o preconceito da época. Os alunos ouvintes perceberam o quanto é penoso ser excluído da sociedade. Então, acredito que um trabalho não é só o conteúdo, mas a socialização dos dois grupos. Tanto dos deficientes auditivos (DA) - mostrando para o grupo de ouvintes o que eles passavam -, como para os ouvintes. É esta a percepção do sofrimento dos que são excluídos da sociedade ao longo do tempo”.

4.4. Visão dos professores do atendimento educacional especializado a respeito da adaptação curricular e dos desafios em sua implementação

Na entrevista realizada com professores de apoio, quando um dos entrevistados foi questionado sobre os desafios na implementação da adaptação curricular, respondeu que um dos maiores desafios se dá quando o professor das classes regulares não assume o aluno com necessidade educacional especial como sua responsabilidade. Ele considera esse aluno como “aluno do ensino especial” (ou seja, para esse professor, ele não é um aluno regular, mas, sim, da sala de recursos, do Atendimento Educacional Especial). Outro entrave ocorre quando os professores das classes regulares, por terem muitos alunos em cada sala e muitas turmas para cuidar, alegam falta de tempo para o planejamento de atividades diferenciadas, falta de capacitação, entre outros.

Os entrevistados relataram que a educação inclusiva requer a capacitação dos professores, principalmente daqueles que já estão atuando, para preparar aulas teóricas e práticas que contenham qualquer tipo de adaptação. Ressaltam, ainda, a necessidade do apoio de um especialista, tendo em vista que ministrar aulas para alunos considerados diferentes exige mais atenção, habilidade específica e paciência redobrada. Os exemplos dados foram reforçados por relatos de situações comuns, que ocorrem no dia-a-dia de qualquer pessoa.

V – DISCUSSÃO TEÓRICA DOS RESULTADOS

A educação inclusiva representa um avanço educacional, contudo não é uma proposta uniforme. Ao contrário, é uma proposta de diversidade, haja vista que o poder de decisão sobre a inclusão (se ela é possível ou quem é capaz de se adaptar) cabe à Constituição Federal, que consagra o direito à educação. Nenhuma escola pode escolher alunos. As escolas são obrigadas por lei a aceitar todos, tenham eles necessidades especiais ou não.

Tanto a educação inclusiva, e consequentemente a adaptação curricular, vem sendo motivo de estudos para muitos pesquisadores. Há muitas leis que norteiam esta área, mas ainda falta muito para garantir que os direitos dos alunos com necessidades educacionais especiais sejam respeitados e para que a exclusão deixe de existir na educação.

O presente estudo teve como objetivo, portanto, contextualizar e analisar se é realizada (e como) a adaptação curricular; investigar junto aos professores regente e de apoio e coordenador desta escola inclusiva se a adaptação curricular adotada promove a socialização do aluno com necessidade educacional especial no contexto escolar; investigar a percepção do coordenador e dos professores de ensino regular e da sala de apoio quanto à implementação da adaptação curricular na escola onde atuam.

Ao analisar algumas respostas, percebemos que os entrevistados têm boa aceitação da adaptação curricular para os alunos com necessidades especiais, a despeito de dois assumirem suas dificuldades no momento de realizá-la. E, ainda, alguns professores destacam que, apesar das dificuldades, eles seguem em frente com o intuito de torná-la cada vez mais presente na escola. Segundo Coll, Marchesi, Palacios & Cols (2010), “as decisões tomadas para uma adaptação curricular devem ser funcionais e realistas. Não se deve considerá-las como um trâmite formal e burocrático, mas sim, e, sobretudo, como um instrumento que orienta a ação educativa a ser adotada com o aluno”.

Ao serem questionados, os professores regente e de apoio e o coordenador desta escola inclusiva, se a adaptação curricular adotada promove a socialização dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto escolar, todos

concordam, fato corroborado pela resposta de um dos entrevistados, o PA3, o qual relata que “ a socialização acontece.(...). Com a inclusão, esses alunos passaram a ser vistos, e a cada dia, têm sido mais respeitados.”

Ao perguntar os participantes sobre a percepção de como é a implementação da adaptação curricular na escola onde atuam, os professores regentes afirmaram que a falta de informação e de material didático específico os sobrecarrega. Já, os professores de apoio ressaltaram que este tema envolve toda a escola e que a direção precisa viabilizar os recursos. O professor regente precisa estar motivado a atender não apenas um grupo, mas todos os alunos. Assim, os professores regentes e os de apoio devem planejar essa adaptação curricular em equipe. A coordenação destaca, ainda, que há muita resistência por parte dos professores regentes do Ensino Médio, pois muitos priorizam os conteúdos de suas respectivas áreas de atuação e não consideram as limitações dos alunos. Entretanto, mesmo diante das dificuldades, a escola tem avançado muito no trabalho de sensibilização que vem sendo realizado a cada ano e que envolve toda a comunidade escolar. Nesta categoria, os resultados indicam que os entrevistados percebem a importância da união de toda a comunidade escolar e a participação do professor regente de cada área para que se efetive a adaptação curricular. Percebemos, na resposta da coordenadora, que, apesar de todos os entraves, há um movimento em prol da adaptação curricular e da conseqüente inclusão de todos os alunos. No entanto, ainda percebe-se a necessidade de maiores informações e apoio aos professores, sejam recursos materiais ou pedagógicos. Quando os alunos com necessidades educacionais especiais chegam à escola, toda uma dinâmica burocrática já ante veio ao processo. O professor certamente não foi informado, ou mesmo preparado para essa prática indispensável ao sucesso da inclusão. As políticas educacionais distanciam-se da realidade, é preciso buscar junto aos que fomentam a estratégia de matrícula, a formação continuada dos professores, a modulação das turmas e “tudo” quanto possa favorecer os envolvidos no processo.

Os professores também citaram experiências sucedidas da adaptação curricular que promoveram a inclusão. Com esta experiência, percebemos que há diversos caminhos para se fazer uma adaptação curricular, sem deixar de lado a socialização. A escola inclusiva e a comunidade escolar deve eleger as melhores

formas, observando pesquisas e estudos a respeito do assunto e fazendo as modificações necessárias para que o processo de educação inclusiva realmente aconteça. Conforme Freitas (2002), “uma escola para todos somente será realidade quando a escola for, além de um local de aprendizagem, um local de tomada de consciência e de luta contra as desigualdades sociais.” (citado em *Linhas Críticas*. Ed. nº 21).

Ao mesmo tempo, concordamos com Ribeiro (2008), que há muito a ser realizado em termos de superação das resistências no que diz respeito ao modo como os professores operam o conceito de inclusão escolar e o aplicam. Consideramos, ademais, que alguns avanços vêm sendo produzidos, pelo menos por parte dos exemplos que trouxemos à baila neste estudo, os quais parecem estar refletindo algumas mudanças em relação ao processo de significação das necessidades educacionais especiais.

Os professores relatam como dificultadores para o sucesso da inclusão e a adaptação curricular, a indisposição do professor frente à educação inclusiva; a falta de capacitação e um grande número de alunos em sala de aula. Segundo Magalhães (2003), o fato de considerarmos que as formas como os professores concebem as diferenças/deficiências, influenciam no modo como vão lidar com os alunos que, de alguma maneira, diferem dos padrões convencionais de desenvolvimento, comportamento e aprendizagem esperados pela escola. Assim, há um consenso entre os entrevistados, que reforçam a necessidade de uma formação adequada e específica dos professores do ensino regular na lida com os alunos com necessidades educacionais especiais; além de enfatizarem a importância do apoio da escola nesse processo. (citado em: Ribeiro, 2006).

Nesse sentido, para o sucesso da inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais, bem como o seu desenvolvimento, os resultados evidenciam que há, ainda, algumas adaptações a serem trabalhadas. Isso pode ser corroborado por Coll, Marchesi, Palacios & Cols (2010), segundo os quais, há que se “oferecer experiências e atividades diversificadas que permitam trabalhar conteúdos distintos. Elaborar atividades que tenham diferentes graus de dificuldade de execução e expressão; propor várias atividades para trabalhar um mesmo conteúdo; apresentar uma mesma atividade para trabalhar conteúdo com

diferentes graus de dificuldade; utilizar metodologias que incluam atividades de tipo diverso, utilizar estratégias de aprendizagem cooperativa. As estratégias de aprendizagem cooperativa têm efeitos positivos no rendimento acadêmico”.

Entendemos que os cursos de capacitação devem se dirigir, em primeiro lugar, para a modificação das crenças dos professores em relação ao potencial dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. E o ponto de partida para as modificações nas práticas pedagógicas dos professores será promover a superação da resistência no processo de inclusão escolar.

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Introdução

Este trabalho se propôs a identificar e analisar como são realizadas as adaptações curriculares e buscar compreender a visão do professor frente à educação inclusiva. Investigar, com os professores regente e de apoio e com o coordenador desta escola inclusiva, se a adaptação curricular adotada promove a socialização e a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto escolar. Investigar a percepção desses professores quanto à implementação da adaptação curricular na escola onde atuam.

Ao longo de todo esse processo, discutimos com os professores as concepções que regulam o conceito de inclusão e adaptação curricular, desde o ponto de vista das interações produzidas, tanto nos espaços escolares investigados quanto em um contexto histórico-cultural mais amplo. Nosso objetivo foi, partindo das abordagens teóricas que pudessem fornecer-nos um modelo explicativo, investigar, por meio das experiências relatadas, a compreensão dos participantes sobre a educação inclusiva.

Resumo das principais contribuições

Analisando a política de inclusão, pode-se verificar que sua implantação teve como primeiro objetivo mostrar ao mundo que o compromisso está sendo cumprido. No entanto, a forma como essa política foi implantada, num primeiro momento, atribuiu ao professor a responsabilidade de lidar, sem conhecimento prévio, com o aluno que precisa de ensino especializado.

Quando apontamos a necessidade de especialistas em Educação Especial nas escolas inclusivas, não se trata de mero protecionismo, mas, sim, de responsabilidade, na medida em que a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais não visa a transformá-los em “alunos normais”, apenas propiciar a eles uma melhor qualidade de vida (respeitando as suas particularidades). É isso que determina a importância de atrelar a educação especial à inclusão. Portanto, é possível perceber que embora a Política de Inclusão tenha

sido implantada, ela ainda está longe de ser o modelo ideal de inclusão, não somente no âmbito escolar como também na vida dos nossos alunos.

Considerando o relevante papel do professor no processo de ensino e aprendizagem, existe a premência de oferecer uma formação adequada e específica para esses docentes que irão atender, ao mesmo tempo, os alunos considerados “normais” e aqueles com necessidades educacionais especiais. E, ainda, que essa formação seja continuada. Somente assim por-se-á dar consistência ao discurso da qualidade do ensino. Vale ressaltar, contudo, que a resolução de problemas educacionais depende em muito da elaboração de novos conhecimentos. Prieto (2003) considera que os cursos de formação de professores poderão criar condições adequadas para que estes respondam às necessidades de seus alunos, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais, ao qualificá-los para analisar as diversas situações que envolvem alternativas adequadas para garantir o direito de todos à educação de qualidade.

Sendo assim, a investigação em torno das significações produzidas na escola inclusiva e do processo de adaptação curricular (considerando-se o modo como seus integrantes articulam o conceito de inclusão) mostrou-se um caminho bastante promissor, pois verificamos que os professores estão começando a entender e aceitar esse processo (relegando as crenças e valores antigos). Com isso, uma nova concepção vai se consolidando em torno das escolas inclusivas. Seu significado vai além da educação especial e aponta para a transformação da educação no sentido de construir escolas de qualidade para todos os alunos – mais aberta à diversidade e capaz de elaborar um projeto comum, do qual participe toda a comunidade educativa. Seus objetivos coincidem com os impulsionados por outros modelos educacionais, que se desenvolvem para suprimir diferenças e transformá-las em fonte de enriquecimento. Uma escola apta a superar os itinerários educativos paralelos, ou as escolas interculturais com relação à educação das minorias étnicas, como propõe Coll, Marchesi, Palacios & Cols (2010).

A inclusão escolar não trata apenas de oferecer aos alunos com necessidades educacionais especiais um espaço em sala de aula, mas de garantir-lhes aprendizagem e, acima de tudo, crescimento social, com vistas a ensinar-lhes a ultrapassar barreiras que a própria sociedade interpõe na vida desses indivíduos.

Os professores sentem muitas dificuldades com turmas de muitos alunos, conforme relata o PR2 (Primeira coisa, respeitar a lei, onde diz que na sala onde tiver aluno com necessidade especial, tem que ter um número reduzido de alunos, e na prática isto não ocorre, são salas cheias, pequenas, que mal dá para a gente circular, não dá para fazer um trabalho pelo menos satisfatório...). Porém, é importante rever essa situação, já que a qualidade do ensino está atrelada a uma quantidade de alunos que permita o bom desenvolvimento das atividades.

O estudo levantou pontos positivos e negativos. Há que se dar relevância, contudo, conforme casos relatados nas entrevistas, ao fato de que a inclusão vem favorecendo os alunos com necessidades educacionais especiais e mostram um avanço no crescimento social, em que pese a lentidão desse processo. Como prova disso, os alunos com necessidades educacionais especiais do Ensino Médio inseridos no sistema regular, quando contemplados com adequações curriculares que trabalham suas particularidades, têm percorrido satisfatoriamente a trajetória acadêmica. Porém, é preciso ver que quantitativamente eles são uma minoria. Dados comprovados pela Secretaria da Educação Especial do Distrito Federal. (SEE/DF).

Concluimos que é necessário propiciar aos professores uma nova maneira de ver a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em suas aulas, para que percebam suas necessidades e seus conhecimentos. Assim, esses docentes mostrar-se-ão mais receptivos às propostas (tanto de instituições federais quanto da Secretaria de Educação do Distrito Federal) que venham a contribuir na concretização de uma educação mais inclusiva para, observando que os alunos com necessidades educacionais especiais possuem suas diferenças, mas têm, principalmente, potencialidades a serem conhecidas e desenvolvidas.

Recomendações para estudos futuros

Os resultados obtidos sugerem que as próximas pesquisas sejam subsidiadas por entrevistas e não por questionários subjetivos, haja vista que a entrevista propicia ao entrevistado melhor exposição de sua vivência em relação ao tema abordado e é mais consistente no que tange ao trabalho desenvolvido com a clientela em questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Fátima. Inclusão **Muitos olhares, Vários caminhos e um grande desafio**. Rio de Janeiro, Wak editora, 2003.

AMARAL, Ligia Assumpção. **Conhecendo a deficiência: em companhia de Hércules**. São Paulo: Hobe Editorial, 1995.

ANTUNES, Renata Almeida – **“Acesso ao currículo: adaptações curriculares para o atendimento de alunos com deficiência em classes comuns de educação infantil”**. Dissertação de mestrado em processo de elaboração. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Linha de Pesquisa: Educação Especial. Orientadora: Rosângela Gavioli Prieto.

BONETTI, Lindomar Wessler (Coord.). **Educação, Exclusão e Cidadania**. RS: Editora Unijui, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa Brasil**. Brasília:Centro Gráfico do Senado Federal,1988.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. 5.ed. Porto Alegre, Mediação, 2008.

CARVALHO, Joema Amaral Teixeira de AMAE educando: **A Diferença que a Diferença Faz**, Nº 301, pág.12 a 14, agosto 2001, Editora Fundação AMAE.

CARNEIRO, Rogéria. **Sobre a Integração de Alunos Portadores de Deficiência no Ensino Regular**. Revista Integração. Secretaria de Educação Especial do MEC, 1997.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús & COLS. **Desenvolvimento psicológico e educação** V. 3, 2ª edição. Reimpressão 2010, Editora Artmed.

FRANCO, Monique. **Os PCN e as Adaptações Curriculares para ANEES**, Trabalho apresentado na 23ª Reunião anual da ANPEd – GT de Educação Especial – Caxambu – SET/2000 Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES/MEC - Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

LINHAS CRÍTICAS, Revista da Faculdade de Educação. **Educação Inclusiva: Significado e Realidade**, nº 21, vol. 11- p.217-228. Jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.fe.unb.br/linhascriticas/linhascriticas/n21/educacao%20inclusiva.html>

MACEDO, Lino de. **Ensaio pedagógico: como construir uma escola para todos?** Porto Alegre: Artmed, 2005.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **“A diferença/deficiência sob uma ótica histórica”**. In: Educação em Questão. Natal: EDUFN, Jul/Dez; 1998 Jan/Jun.

MAZZOTTA, Marcos J.S. – **Educação Especial no Brasil, História e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2001.

MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica, São Paulo, Editora Atlas - 2009

MORETTO, Vasco Pedro, **abc educação: Inclusão – A Educação centrada no aluno**, São Paulo, nº 37, pág. 14 a 18, agosto 2004, Editora Criarp.

PACHECO, José Francisco, **Caminhos da Inclusão** - Porto Alegre: Artmed, 2007.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – **Adaptações Curriculares** – Estratégias para a Educação de Alunos com necessidades Educacionais Especiais – MEC – Brasília, 1999.

PRIETO, R. G., Formação de professor para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais: diretrizes nacionais para educação básica e a educação especial. In: Silva, S.; Vizim, M. (org.). Políticas públicas: educação, tecnologias e pessoas com deficiências. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – Brasília: SEDF, 2006. Pág. 31, GDF.

RÉGIS, Cláudio Lysias Tamanqueira, **Jornal da Comunidade: O ensino especial no Distrito Federal**, Brasília, 30 de outubro de 2004, pag. 06, GDF.

RIBEIRO, Julia Cristina Coelho. (2006). **Significações na escola inclusiva – Um estudo sobre as concepções e prática de professores envolvidos com inclusão escolar**. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília. Brasília/DF. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/3288/1/J%C3%BAlia%20Cristina%20Coelho%20Ribeiro.pdf>

SASSAKI, Romeu Kazumi – **Inclusão: Construindo Uma Sociedade para Todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

STRAUSS, Anselm e CORBIN, Juliet. Pesquisa Qualitativa – Técnicas e Procedimentos para o Desenvolvimento de Teoria Fundamentada. Porto Alegre: Artmed, 2ª edição – 2008.

TORRES GONZÁLEZ, José Antonio. **Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

UNESCO – MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA DA ESPANHA – **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHA DE AÇÃO** - CORDE – Ministério da Justiça – Brasília, 1997.

WERNECK, Claudia – **Muito Prazer, Eu Existo**. Rio de Janeiro: WVA, 1993.

WERNECK, Claudia – **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

APÊNDICES

A - PROFESSOR EM SALA DE AULA REGULAR COM ALUNOS INCLUSOS.

Idade do entrevistado: _____ **Gênero:** () feminino () masculino

1. Há quanto tempo você dá aulas? Qual a sua área de formação e em que ano você se formou?
2. Já fez algum curso sobre Educação Inclusiva?
3. Quantos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEE) você tem em sala de aula e de que tipo são as NEE (Necessidades Especiais)?
4. Você tem algum apoio da direção ou da Secretaria de Educação no desenvolvimento e atendimento dos alunos da inclusão? Se a resposta for afirmativa, que tipo de apoio você recebe?
5. Em sua opinião, o processo de avaliação dos alunos com necessidades educacionais especiais e dos que não têm essas necessidades deve ser o mesmo? Por quê?
6. Que tipo de apoio, recursos e mudanças você acredita serem necessários para que um professor consiga atender um aluno com NEE e realmente incluí-lo na escola, promovendo, assim, o seu desenvolvimento?
7. Que procedimentos pedagógicos e outros recursos você tem adotado em sala de aula para implementar a adaptação curricular e tornar, na prática, a aprendizagem inclusiva para todos os seus alunos?
8. Que procedimentos pedagógicos ou recursos você tem adotado em sala de aula para implementar a adaptação curricular e promover a socialização dos alunos com NEE com seus pares?
9. Que tipo de apoio, recursos e mudanças você acredita serem necessários para que um professor consiga promover a socialização dos alunos com NEE com seus pares?
10. O que significa para você a adaptação curricular para os alunos com NEE?
11. Você concorda com essa adaptação?
12. Quais são os desafios do professor para implementar e fazer uso da adaptação curricular para promover a aprendizagem e a socialização dos alunos com NEE?
13. O que você acha da educação inclusiva?

B - PROFESSOR DE SALA DE RECURSOS

Idade do entrevistado: _____ **Gênero:** () feminino () masculino

1. Há quanto tempo você trabalha na Sala de Recursos? Qual a sua área de formação?
2. Você acredita que a inclusão vem possibilitando melhorias na aprendizagem dos ANNE (Alunos com Necessidades Especiais)? Por quê?
3. Você acredita que a inclusão vem possibilitando melhorias na socialização dos ANNE (Alunos com Necessidades Especiais)? Por quê?
4. Existe adaptação curricular por parte dos professores que estão nas salas regulares? Como você vê as adaptações realizadas por eles e quais são as ideais, em sua opinião?
5. Quais são os desafios para a implementação da adaptação curricular em sala de aula regular?
6. Como é a participação do aluno na sala de recursos?
7. Que tipo de apoio, recursos e mudanças você acredita serem necessários para que a escola e os professores consigam atender um aluno com NEE e realmente incluí-lo na escola e, assim, promover o seu desenvolvimento?
8. Que tipo de apoio, recursos e mudanças você acredita serem necessários para que um professor consiga promover a socialização dos alunos com NEE com seus pares?
9. O que significa para você a adaptação curricular para alunos com NEE?
10. O que você acha da educação inclusiva?

C - COORDENADORA**Idade do entrevistado:** _____**Gênero:** () feminino () masculino

1. Há quanto tempo você trabalha com educação? Qual a sua área de formação?
2. Em sua opinião, como a adaptação curricular está sendo vista pelo segmento de professores?
3. Qual é a proposta da adaptação curricular aqui da escola (que tipo de adaptações a escola oferece e defende)?
4. Os professores conseguem realizar a adaptação curricular para os ANEE na promoção da aprendizagem? Se a resposta for negativa, por quê? Se for afirmativa, o que os professores têm feito para implementar essa adaptação?
5. Eles conseguem realizar adaptação curricular para os ANEE na promoção da socialização com pares? Se não, por quê? Se sim, o que os professores têm feito para implementar essa adaptação?
6. Em sua opinião, como dar apoio ao professor que tenha em sua turma alunos com necessidades especiais?
7. Quais são os desafios da implementação da adaptação curricular na escola?
8. Que tipo de apoio, recursos e mudanças você acredita serem necessários para que um professor consiga atender um aluno com NEE (Necessidade Especial) e realmente incluí-lo na escola, promovendo o seu desenvolvimento?
9. Quais são as possibilidades de atuação do coordenador pedagógico no planejamento, implementação e acompanhamento da adaptação curricular?
10. Você acha que a adaptação curricular pode ajudar os alunos com NEE na socialização com seus pares? Se sim, de que forma? Caso negativo, por quê?
11. O que você acha da adaptação curricular?
12. O que você acha da educação inclusiva?

ANEXO



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



A(o) Diretor(a)

Centro Educacional 06 de Taguatinga

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a), Diretor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do qual seis dentre as 20 turmas ofertadas são de professores e educadores da rede pública do DF (polos UAB-UnB de Santa Maria e Ceilandia). Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores da rede pública, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Informo que foi autorizado pela Secretaria de Educação por meio do ofício nº. DEM datado de 28/10/2010, a realização das coletas de dados para as pesquisas na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Informações a respeito dessa autorização podem ser verificadas junto a Secretaria de Educação por meio dos telefones nº 3901 6593

O trabalho será realizado pelo Professor/cursista **Stella Maris de Lima Costa**, matrícula **SEEDF 27079-2**, sob orientação Fernanda do Carmo Gonçalves, cujo tema é: **ADAPTAÇÃO CURRICULAR NA ESCOLA INCLUSIVA E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DA**

APRENDIZAGEM E SOCIALIZAÇÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, NO CENTRO EDUCACIONAL 06 DE TAGUATINGA, possa ser desenvolvido na escola sob sua direção.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos nos telefones. (061) 39016608 ou por meio dos e-mails: stellamlc@bol.com.br.

Atenciosamente,

Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e
Inclusão Escolar



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Professores,

Sou orientando do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil-Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre ADAPTAÇÃO CURRICULAR NA ESCOLA INCLUSIVA E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DA APRENDIZAGEM E SOCIALIZAÇÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, NO CENTRO EDUCACIONAL 06 DE TAGUATINGA – DF. Este estudo poderá fornecer as instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Constam de uma pesquisa com questionário sobre a Inclusão e as Adaptações Curriculares realizadas aos alunos com Necessidades Especiais. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo a você. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contactar pelo telefone ..96149825 ou no endereço eletrônico, E-mail: stellamlc@bol.com.br. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar UAB –
UnB

Concorda em participar do estudo? () Sim () Não

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____